



ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA
1ª VARA DO TRABALHO DE FORMIGA – MG

JUÍZA TITULAR DA VARA DO TRABALHO:
RAQUEL FERNANDES LAGE



Criada pela Lei nº 7.471, de 30-4-1986
Data da instalação: 16-12-1986
Data de implantação do PJe: 21-5-2015

Jurisdição: Formiga, Aguanil, Arcos, Bambuí, Campo Belo, Candeias, Córrego Fundo, Cristais, Iguatama, Medeiros, Pains, Pimenta, Santana do Jacaré e Tapirai.

Edital de Correição divulgado no DEJT em 29-10-2020, p. 1.



ATA DE CORREIÇÃO

Data da última Correição: 24-6-2019

Às 8 horas do dia seis de novembro de 2020, a Excelentíssima Desembargadora Dra. **Ana Maria Amorim Rebouças**, Corregedora do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região deu início à Correição Ordinária Telepresencial por meio da plataforma de videoconferência Cisco Webex, instituída pela Portaria n. 61, de 31 de março de 2020, do Conselho Nacional de Justiça na 1ª Vara do Trabalho de Formiga, situada na Avenida 1º de Maio, 283, conforme ATO Nº 13, de 19 de Maio de 2020, do Tribunal Superior do Trabalho, Portaria Conjunta GCR/GVCR N. 7, de 5 de junho de 2020 e na forma do artigo 682, XI, da CLT, combinado com o artigo 29, II, do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, presentes por meio do sistema eletrônico a MM. Juíza do Trabalho Titular da Vara, Dra. **Raquel Fernandes Lage**; o Secretário da Vara do Trabalho, Sr. Rodrigo Figueiredo Moretzsohn; os servidores Auta Vieira Arantes, Celina Castro Santos, Devaldo Felício Gomes, Luciana de Castro Albergaria Salazar, Luciana Gonçalves, Margarete Dantas Silva Vilela e Teresinha Lopes Soares e o estagiário Felipe Augusto Souza. Ausentes as servidoras Maysa Lima Belo e Sandra Maria de Faria Souza, em férias regulamentares.

Iniciada a correição no horário acima registrado, a Excelentíssima Desembargadora Corregedora examinou:

1. REGISTROS CONSTANTES DA SECRETARIA DA VARA

1.1. PROTOCOLO DE RECLAMAÇÕES – Das informações de distribuição, excluídas as cartas precatórias recebidas, consta o registro de 501 processos, distribuídos neste ano até o dia 26-10-2020, apurando-se a média de 2,6 processos por dia útil.

1.2. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS – A Vara recebeu 30 cartas precatórias, dentre elas 10 executórias, até o dia 26-10-2020, das quais 17 foram devolvidas, neste ano, para os juízos deprecantes, conforme consulta realizada junto ao SICOND.

1.3. REMESSA DE PROCESSOS AO TRT – Existe o registro de 261 autos de processos na Instância Superior, sendo que desses, 73 processos foram remetidos neste ano até o dia 26-10-2020.

1.4. CARGA PARA O (A) MERITÍSSIMO (A) JUIZ (A) DO TRABALHO – Há 12 autos de processos para minutar sentença e minutar decisão, todos no prazo legal.

1.5. CARGA PARA PERITOS – Analisando o sistema do PJe, constatou-se que existem 17 processos com perícia designada, aguardando laudo.



1.6. MANDADOS EXPEDIDOS – Constam 540 mandados expedidos no PJe no ano em curso, dentre os quais 39 pendentes de cumprimento, no prazo.

1.7. PROCESSOS SOBRESTADOS NA FASE DE CONHECIMENTO – Em consulta ao sistema informatizado da Secretaria da Vara, constatou-se a existência de 8 processos sobrestados.

Segundo informações do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes (Nugep), não há processo sobrestado com incidentes de Repercussão Geral já julgados pelo STF

Processos examinados na correição:

- 0010600/19, 0010858/19, 0010174/19, 0010210/19, 0010230/19, 0010392/19, 0010856/19, 0010205/20: Tema nº 1046 – Validade de norma coletiva de trabalho que limita ou restringe direito trabalhista não assegurado constitucionalmente.

Recomenda-se que seja observada a correta correspondência dos andamentos dos processos àqueles do sistema E-Gestão, conforme Manual de Orientações do Sistema E-Gestão 1º Grau (http://negestao.tst.jus.br/index.php/E-Gest%C3%A3o_1%C2%BA_Grau).

Também deve ser consultada a cartilha de sobrestamento e “dessobrestamento” elaborada pelo Núcleo de Gerenciamento de Precedentes, disponível no link https://portal.trt3.jus.br/internet/jurisprudencia/nugep-2/downloads/Cartilha_NUGEP.pdf

Está disponível no link <https://portal.trt3.jus.br/internet/jurisprudencia/suspensoes-encerradas/suspensoes-encerradas-no-trt-mg>, sistematizadas por assunto.

1.8. PROCESSOS EM FASE DE CONHECIMENTO – a taxa de congestionamento na fase de conhecimento - 1º grau, indicador nº 10 do Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG, foi de 37,48% em 2016, de 38,85% em 2017, de 34,44% em 2018 e de 31,24% em 2019. A Meta estabelecida para este indicador em 2019 era de 39% (dados extraídos do sistema e-Gestão em 03/02/2020, sujeitos a alterações devido aos envios de novas remessas de dados ao TST).

Vara do Trabalho	Formiga - 01a Vara				
Indicador / Ano	2016	2017	2018	2019	Meta 2019
Ind. 10: Taxa de Congestionamento Conhecimento (%)	25,82	21,42	16,33	23,24	26,29

1.9. PROCESSOS AGUARDANDO SENTENÇA NA FASE DE CONHECIMENTO -

FASE DE CONHECIMENTO (de 1º-1-2020 até 26-10-2020)

(fonte: e-Gestão)

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Aguardando 1ª Sessão de audiência (item 60)	0
	Aguardando 1ª audiência (item 90060)	61
	Aguardando encerramento da instrução (item 61)	0
	Aguardando encerramento da instrução (item 90061)	177
	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 62)	0
	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 90062)	3

Processos aguardando primeira audiência ou aguardando o encerramento da instrução que estão sem audiências designadas (aguardando atualização do PJe - chamado aberto junto ao TST):

Processos sem audiência designada durante a fase de instrução: são os processos dos itens 90.060 e 90.061 do e-Gestão e que não possuem audiência designada ou não estão suspensos/sobrestados.	107
---	-----

Aguardando atualização do PJe - chamado aberto junto ao TST

1) Indicador Idade média do Pendente de Julgamento (I01): representa o tempo médio que os processos estão pendentes de julgamento. Média do ano dos processos dos itens 60, 61, 62, 90060, 90061 e 90062 no final do período de referência.

Para cálculo do prazo médio, conforme manual do IGEST, "são listados todos os processos pendentes de julgamento na fase de conhecimento e considerado o ano em que cada um deles foi ajuizado. Após faz-se a subtração pelo ano de referência e após a média desses anos.

Ano de ajuizamento	Quantidade de processos	Prazo médio por ano
2018	2	2
2019	33	1
2020 – ano de referência	206	
TOTAL	241	0,15



Abaixo a tabela dos 20 processos mais antigos na fase de conhecimento, extraídos dos itens 60, 900.60, 61, 90061, 62 e 90.062 (dados apurados no mês de outubro até o dia 26-10):

Processo	Classe	Tarefa
0010470-77.2018.5.03.0058	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Cumprimento de Providências
0010818-95.2018.5.03.0058	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Elaborar despacho
0010174-21.2019.5.03.0058	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0010210-63.2019.5.03.0058	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0010230-54.2019.5.03.0058	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0010392-49.2019.5.03.0058	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0010414-10.2019.5.03.0058	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Cumprimento de Providências
0010435-83.2019.5.03.0058	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Cumprimento de Providências
0010544-82.2019.5.03.0160	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Cumprimento de Providências
0010546-67.2019.5.03.0058	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando prazo
0010569-13.2019.5.03.0058	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Audiência 18-11-20
0010600-33.2019.5.03.0058	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0010660-06.2019.5.03.0058	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Cumprimento de Providências
0010678-27.2019.5.03.0058	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando prazo
0010772-72.2019.5.03.0058	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Cumprimento de Providências
0010798-55.2019.5.03.0160	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Audiência 2-12-20
0010815-09.2019.5.03.0058	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando prazo
0010821-16.2019.5.03.0058	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Cumprimento de Providências



0010825-53.2019.5.03.0058	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Cumprimento de Providências
0010835-97.2019.5.03.0058	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Cumprimento de Providências

2) Indicador Pendentes (I02): representa a quantidade de processos pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução e os pendentes de liquidação.

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Processos pendentes de baixa - fase de conhecimento (item 377)	2
	Processos pendentes de baixa - fase de conhecimento (item 90377)	299

FASE	Situação	Quantidade de processos
LIQUIDAÇÃO	Processos com liquidação de sentença pendente (item 394)	0
	Processos com liquidação de sentença pendente (item 90394)	47

FASE	Situação	Quantidade de processos
EXECUÇÃO	Processos pendentes de baixa – fase de execução (item 383)	2
	Processos pendentes de baixa – fase de execução (item 90383)	447

3) Indicador Taxa de Conclusos com Prazo Vencido (I03): representa a relação entre o total de processos conclusos com o prazo vencido e o total de processos aguardando a prolação de sentença.

FASE	Variável	Forma de apuração	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Pendentes de julgamento conclusos com o prazo vencido	Saldo de processos do item 393 no final do período de referência	0
		Saldo de processos do item 90393 no final do período de referência	0



Total de processos conclusos aguardando prolação de sentença	Saldo de processos do item 62 no final do período de referência	0
	Saldo de processos do item 90062 no final do período de referência	3

1.10. PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO - A taxa de congestionamento na fase de execução - 1º grau, indicador nº 14 do Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG, foi de 75,67% em 2016, de 68,88% em 2017, de 62,84% em 2018 e de 56,65% em 2019. A Meta estabelecida para este indicador em 2019 era de 59% (dados extraídos do sistema e-Gestão em 03/02/2020, sujeitos a alterações devido aos envios de novas remessas de dados ao TST).

Vara do Trabalho	Formiga - 01a Vara				
Ind. 14: Taxa de Congestionamento Execução (%)	55,44	54,79	44,05	70,45	65,52

Existem 557 processos em fase de execução, assim discriminados:

- a) 388 processos em execução, constantes dos itens 99 e 90099;
- b) nenhum processo suspenso por execução frustrada, itens 106 e 90106;
- c) 169 processos no arquivo provisório, conforme itens 103, 327, 90103 e 90327.

Os dados foram extraídos do Boletim Estatístico da Vara, sistema e-Gestão, de 1º-1-2020 até 26-10-2020.

No ano 2019, até o dia 26-10 havia 692 processos na fase de execução, assim distribuídos:

- a) 344 processos em execução, constantes dos itens 99 e 90099;
- b) nenhum processo suspenso por execução frustrada, itens 106 e 90106;
- c) 348 processos no arquivo provisório, conforme itens 103, 327, 90103 e 90327.



Abaixo Tabela dos 20 processos mais antigos na fase de execução, conforme itens 99 e 90099 do e-Gestão (dados apurados no mês de outubro até o dia 26-10):

Processo	Classe	Tarefa
0128400-68.2008.5.03.0058	Execução Fiscal	Decurso De Prazo Para
0012200-75.2008.5.03.0058	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Despacho
0023100-20.2008.5.03.0058	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Petição Para Juntada
0053700-24.2008.5.03.0058	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Decurso De Prazo Para
0003100-77.2000.5.03.0058	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Intimação Publicada
0001398-47.2010.5.03.0058	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Decurso De Prazo Para
0000646-36.2014.5.03.0058	Execução Provisória Em Autos Suplementares	Decurso De Prazo Para
0000922-67.2014.5.03.0058	Execução Provisória Em Autos Suplementares	Decurso De Prazo Para
0010375-52.2015.5.03.0058	Execução Fiscal	Aguardando Prazo
0010450-91.2015.5.03.0058	Execução Fiscal	Cumprimento De Providências
0039300-05.2008.5.03.0058	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Decurso De Prazo Para
0010604-12.2015.5.03.0058	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando Cumprimento De Acordo
0010232-29.2016.5.03.0058	Execução Fiscal	Cumprimento De Providências
0010078-11.2016.5.03.0058	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Cumprimento De Providências
0000640-29.2014.5.03.0058	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Petição Para Juntada
0010552-79.2016.5.03.0058	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Cumprimento De Providências
0010665-33.2016.5.03.0058	Execução Fiscal	Cumprimento De Providências
0010085-37.2015.5.03.0058	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Cumprimento De Providências
0010565-78.2016.5.03.0058	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Cumprimento De Providências
0010110-16.2016.5.03.0058	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando Prazo



Abaixo a tabela comparativa por mês e ano das decisões de execução conforme itens 90.093/93 (execuções encerradas) e 90.398/398 (incidentes na Liquidação/Execução julgados.) extraídos do sistema e-Gestão (mês de outubro 2020 apurado até dia 26-10):

	2019	2020
01-JANEIRO	7	18
02-FEVEREIRO	14	28
03-MARÇO	15	58
04-ABRIL	21	3
05-MAIO	28	24
06-JUNHO	22	28
07-JULHO	21	27
08-AGOSTO	146	41
09-SETEMBRO	19	56
10-OUTUBRO	18	42
Totais	311	325

	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10
	2						1		1	
LEONARDO TIBO BARBOSA LIMA									20	9
NATÁLIA ALVES RESENDE GONÇALVES	14	28								
RAQUEL FERNANDES LAGE	2		58	3	24	28	26	41	35	33
Totais	18	28	58	3	24	28	27	41	56	42

Comparativamente, nos anos de 2019 e 2020, foram expedidos alvarás, conforme abaixo (mês de outubro 2020 apurado até dia 26-10):

	2019	2020
01-JANEIRO	5	3
02-FEVEREIRO	8	7
03-MARÇO	9	4
04-ABRIL	9	
05-MAIO	12	2
06-JUNHO	6	7



07-JULHO	12	4
08-AGOSTO	9	3
09-SETEMBRO	13	27
10-OUTUBRO	5	7
Totais	88	64

1.11. PROCESSOS INCIDENTAIS PENDENTES: de acordo com o sistema e-Gestão, dados de 26-10-2020, existem 17 processos, conforme se apurou dos itens 117, 90117, 400, 90400, 427 e 90427.

	Qtde
Embargos de Declaração Pendentes	3
Incidentes na Liquidação/Execução Pendentes	11
Tutelas Provisórias Pendentes	3
Total	17

2. PROCESSOS EXAMINADOS – Foram examinados, conforme discriminação a seguir, por amostragem, autos de processos em tramitação e arquivados na Vara do Trabalho quanto à observância do ordenamento jurídico, o cumprimento dos atos, despachos, ordens e recomendações do colendo Tribunal Superior do Trabalho, da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, da Direção do Tribunal e da Corregedoria Regional.

Na pauta do dia 10-11-2020 havia 8 processos:

- a) conciliação no conhecimento: 4 processos;
- b) instrução: 2 processos;
- c) conciliação em execução: 2 processos.

Foram examinados os autos dos processos 0010484/20, 0010596/19, 0010526/19, 0010277/20, 0010446/20, 0010953/17, 0010916/19 e 0010139/20.

RESULTADO – examinados os autos, constatou-se que estão em ordem.

2.1. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS; PROCESSOS SOBRESTADOS; PROCESSOS SOLUCIONADOS MEDIANTE CONCILIAÇÃO; PROCESSOS



JULGADOS; PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO e PROCESSOS ARQUIVADOS.

Nos termos do parágrafo 1º do artigo 6º do ATO Nº 13/GCGJT, de 19 de maio de 2020 e mediante consulta ao Painel Migração CLEC, que esta Vara do Trabalho possui, até o dia 29-10-2020, 55 processos físicos no total, dentre eles, os migráveis são 19 processos.

Exame dos autos dos processos 0010556/20, 0010544/20, 0010074/20, 0010069/20, 0010473/20, 0010352/20, 0010186/20, 0010239/20, 0010218/20, 0010600/19, 0010858/19, 0010174/19, 0010210/19, 0010230/19, 0010392/19, 0010856/19, 0010205/20, 0010344/20, 0010377/20, 0010305/20, 0010411/20, 0010124/20, 0010201/20, 0010383/20, 0010439/20, 0010309/20, 0010419/20, 0010145/20, 0010236/20, 0010412/20, 0010472/20, 0010459/20, 0010375/20, 0010072/20, 0010866/19, 0010109/20, 0010060/20, 0010416/20, 0010285/20, 0010451/20, 0010160/20, 0010392/20, 0010294/19, 0010851/19, 0010248/19, 0010220/19, 0010811/19, 0010874/19, 0010674/19, 0010408/19, 0010857/19, 0010330/19, 0011233/16, 0010675/16, 0010604/15, 0010008/19, 0000356/15, 0010456/20, 0010442/20, 0010465/20, 0010462/20, 0010410/20, 0010432/20, 0010421/20, 0010457/20, 0010317/20, 0010316/20, 0010826/19, 0010883/19, 0010220/20, 0010350/20 e 0010505/20.

RESULTADO – examinados os autos, constatou-se que estão em ordem.

Recomenda-se a MM. juíza que profira sentenças na forma da Recomendação N. 4/GCGJT, de 26 de setembro de 2018 referente aos “Procedimentos relacionados à prolação de sentenças e acórdãos líquidos”, divulgada por meio do Ofício Circular N. CR/45/2018, de 1º de outubro de 2018.

2.2. INQUÉRITO JUDICIAL PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE DE EMPREGADO ESTÁVEL – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que não há, até a presente data, inquérito judicial em tramitação.

2.3. AÇÃO CIVIL PÚBLICA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 8 ações civis públicas em tramitação.

Processo	Tarefa
0000014-15.2011.5.03.0058	Aguardando prazo
0000917-45.2014.5.03.0058	Cumprimento de Providências
0001253-54.2011.5.03.0058	Preparar expedientes e comunicações
0002001-86.2011.5.03.0058	Cumprimento de Providências
0010500-45.2000.5.03.0058	Análise - Execução
0010560-90.2015.5.03.0058	Aguardando apreciação pela instância superior
0010774-47.2016.5.03.0058	Aguardando prazo
0010848-04.2016.5.03.0058	Aguardando apreciação pela instância superior



2.4. AÇÃO CIVIL COLETIVA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 6 ações civis coletivas em tramitação.

Processo	Tarefa
0010063-03.2020.5.03.0058	Aguardando apreciação pela instância superior
0010388-75.2020.5.03.0058	Elaborar sentença desde 27-10-20
0010399-07.2020.5.03.0058	Aguardando cumprimento de acordo
0010420-80.2020.5.03.0058	Audiência 1º-12-20
0010444-50.2016.5.03.0058	Aguardando prazo
0010840-56.2018.5.03.0058	Aguardando apreciação pela instância superior

3. PRAZO MÉDIO DA PAUTA E DISPONIBILIDADE DA PAUTA –

Prazos médios da pauta/dias corridos

	2018	2019	2020
Procedimento sumaríssimo/ordinário	25	24	47
Instrução processo eletrônico	78	57	77

Apuração conforme dados extraídos do sistema e-Gestão

Disponibilidade de Pauta/dias úteis

	2018	2019	2020
Procedimento sumaríssimo	15	9	24-11-20 - 12 dias
Procedimento Ordinário	18	9	24-11-20 - 12 dias
Instrução	92	61	15-4-21 - 88 dias

PRAZOS MÉDIOS (de 1º-1-2020 até 26-10-2020).

1) Indicador Prazo Médio na Fase de conhecimento (I04): representa o prazo médio entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença (em dias corridos) na fase de conhecimento.

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação de sentença na fase de conhecimento (item 416)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação de sentença na fase de conhecimento (item 90416)	387	86



2) Indicador Prazo Médio na Fase de Liquidação (I05): representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de liquidação.

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos (item 417)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos (item 90417)	159	95

3) Indicador Prazo Médio Fase de Execução (I06): representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de execução.

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – procedimento sumaríssimo - ente privado (item 275)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução - ente privado (item 90275)	239	1.612
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – ente público (item 277)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – ente público (item 90277)	0	0

No ano 2019, apurou-se que, em 227 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

	Ano-2019	Média/dia útil
Julgados procedentes	11	0,05
Julgados procedentes em parte	198	0,87



Julgados improcedentes	44	0,19
Extintos com resolução de mérito	3	0,01
Outras decisões com resolução de mérito	0	0
Total com exame de mérito	256	1,13
Extintos sem resolução de mérito	29	0,13
Arquivamento	79	0,35
Desistência	49	0,22
Outras decisões sem exame de mérito	31	0,14
Total sem exame de mérito	188	0,83
Decisões de conhecimento	444	1,96
Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração	79	0,35
Decisões na fase de execução	64	0,28
Total	587	2,6

No ano de 2020, até o dia 26-10, com 189 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

	26-10-2020	Média dia/útil
Julgados procedentes	27	0,14
Julgados procedentes em parte	86	0,45
Julgados improcedentes	22	0,12
Extintos com resolução de mérito	3	0,02
Outras decisões com resolução de mérito	0	0
Total com exame de mérito	116	0,61



4. AUDIÊNCIAS, DESPACHOS E SENTENÇAS NA FASE DE CONHECIMENTO

Em outubro de 2020, com 20 dias úteis, realizaram-se:

Audiências	Número de Audiências/ Mês	Média/dia útil
Conciliação em conhecimento	65	3,25
Conciliação em execução	7	0,35
Encerramento de instrução Os encerramentos de instrução não são somados	0	0
Inicial/Inicial (rito sumaríssimo)	0	0
Inquirição de testemunha (juízo deprecado)	0	0
Instrução/Instrução (rito sumaríssimo)	19	0,95
Una/Una (rito sumaríssimo)	0	0
Total	91	4,5

No mês de outubro de 2020, segundo dados do Boletim Estatístico da Vara, sistema e-Gestão, foram homologados 23 acordos em conhecimento, conforme se verificou dos itens 39 e 90039.

Conforme sistema e-Gestão, foram conciliados na fase de conhecimento, liquidação e execução (sentenças e decisões). Mês de outubro 2020 apurado até dia 26-10:

	Conhecimento		Execução		Liquidação	
	2019	2020	2019	2020	2019	2020
01-JANEIRO	16	9	1	3		1
02-FEVEREIRO	26	31	3	3	7	3
03-MARÇO	33	23	3	1		2
04-ABRIL	31	5	6	2	4	1
05-MAIO	37	6	5	3	1	
06-JUNHO	46	24	5	2	2	
07-JULHO	51	15	4	2	6	1
08-AGOSTO	37	22	3	3	3	1
09-SETEMBRO	28	25	7	3	3	1
10-OUTUBRO	48	14	2	6	3	
Totais	353	174	39	28	29	10



	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10
	1									
LEONARDO TIBO BARBOSA LIMA									12	8
NATÁLIA ALVES RESENDE GONÇALVES	12	36								
RAQUEL FERNANDES LAGE		1	26	8	9	26	18	26	17	12
Totais	13	37	26	8	9	26	18	26	29	20

Comparativamente, nos anos de 2019 e 2020, foram realizadas audiências, conforme abaixo (mês de outubro 2020 apurado até dia 26-10):

	2019	2020
01-JANEIRO	43	46
02-FEVEREIRO	138	105
03-MARÇO	127	101
04-ABRIL	120	
05-MAIO	116	44
06-JUNHO	157	74
07-JULHO	168	70
08-AGOSTO	112	85
09-SETEMBRO	106	96
10-OUTUBRO	130	66
Totais	1217	687

	2020/01	2020/02	2020/03	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10
ERICA APARECIDA PIRES BESSA									1
LEONARDO TIBO BARBOSA LIMA								43	29
NATÁLIA ALVES RESENDE GONÇALVES	46	105							
RAQUEL FERNANDES LAGE			101	44	74	70	85	53	36
Totais	46	105	101	44	74	70	85	96	66



Foram realizadas 91 audiências no mês de outubro de 2020 e designadas 113 em novembro de 2020.

Abaixo a tabela comparativa por mês e ano das sentenças e acordos homologados por sentença em conhecimento, conforme apurado nos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90041, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049 do e-Gestão: (mês de outubro 2020 apurado até dia 26-10):

	2019	2020
01-JANEIRO	29	22
02-FEVEREIRO	64	55
03-MARÇO	70	84
04-ABRIL	68	21
05-MAIO	73	13
06-JUNHO	80	33
07-JULHO	79	31
08-AGOSTO	83	44
09-SETEMBRO	58	46
10-OUTUBRO	73	55
Totais	677	404

	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10
LEONARDO TIBO BARBOSA LIMA									12	26
NATÁLIA ALVES RESENDE GONÇALVES	16	47	29	4						
RAQUEL FERNANDES LAGE	6	8	55	17	13	33	31	44	34	29
Totais	22	55	84	21	13	33	31	44	46	55

Foram despachados, segundo dados da produtividade, extraídos das tabelas processuais unificadas no período (mês de outubro 2020 apurado até dia 26-10):

	2019	2020
01-JANEIRO	390	465
02-FEVEREIRO	617	627
03-MARÇO	554	844
04-ABRIL	554	387
05-MAIO	736	769
06-JUNHO	614	912
07-JULHO	756	784



08-AGOSTO	824	747
09-SETEMBRO	639	800
10-OUTUBRO	663	767
Totais	6347	7102

Constatou a Excelentíssima Desembargadora Corregedora, mediante informação do Secretário da Vara do Trabalho, que, na Unidade, as audiências são realizadas, durante a pandemia COVID-19, de terça-feira a quinta-feira, a partir das 9 horas e/ou 13h45min. Na quarta-feira e na quinta-feira há pauta dupla. O intervalo entre as audiências é de 20 minutos para as de procedimento sumaríssimo e para as de procedimento ordinário e de uma hora para as instruções.

A análise dos termos do artigo 19, II da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, fica prejudicada em razão das medidas de prevenção à disseminação do Novo Coronavírus da Portaria GP N. 117/2020 deste Regional.

Declara a magistrada, quanto à residência, que cumpre a disposição contida no artigo 29, inciso V, "c", do Regimento Interno do TRT da 3ª Região e os termos das Instruções Normativas Conjuntas nº 1, de 13-11-2014 e nº 6, de 13-8-2015 e que mantém o cadastro atualizado na Secretaria-Geral da Presidência.

5. Produtividade –

Os dados foram extraídos dos Boletins Estatísticos.

Movimentação Anual de Processos			
	2018	2019	2020 até 26-10
Processos recebidos	781	859	501
Média por dia útil	3,5	3,8	2,6
Processos remanescentes do ano anterior	197	114	272
Sentenças anuladas	14	2	3
Total de processos para solução	992	975	776
Processos solucionados	894	849	404
Processos conciliados	348	405	168
Produção	90,12%	87,07%	52,06%
18			

Analisando os dados supra, verificou-se um aumento de 9,98% em relação ao número de processos recebidos no ano 2018. Quanto à produtividade, verificou-se que em 2019 houve uma diminuição de 3,05%.

5.1. Índice Nacional de Gestão de Desempenho da Justiça do Trabalho (IGEST) – desenvolvido pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) com o objetivo de contribuir para o aprimoramento da gestão das varas do trabalho de todo o país e auxiliar na melhoria da efetividade da prestação jurisdicional combinada à força de trabalho disponível. Ao mesmo tempo, possibilita a vara orientar melhor sua atuação, tornando um instrumento eficaz de gestão. Ademais, o IGEST se alinha às Metas Nacionais e ao Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG e foi instituído no âmbito deste Regional por meio da Resolução Conjunta GP/GCR/GVCR n. 104, de 18 de dezembro de 2018.

MESOINDICADOR PRODUTIVIDADE: (de 1º-1-2020 até 26-10-2020)

1) Indicador Taxa de Conciliação na fase de conhecimento (I07): representa a relação entre a quantidade de processos solucionados por conciliação e o total de processos solucionados.

Conciliações	Soma dos processos dos itens 39 e 90039	168
Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90071, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049	404

2) Indicador Taxa de Solução (I08): representa a relação entre o total de processos solucionados e o total de processos recebidos por distribuição, redistribuição e que retornaram para novo julgamento.

Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90041, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049	404
Recebidos	Soma dos processos dos itens 26, 90026, 27, 90027, 29, 90029, 30, 90030, 31, 90031, 32 e 90032	504

3) Indicador Taxa de Execução (I13): representa a relação entre o total de execuções encerradas pelo total de execuções iniciadas.

Execuções iniciadas	Soma dos processos dos itens 329 e 90329	123
Execuções encerradas	Soma dos processos dos itens 93 e 90093	274



MESOINDICADOR CONGESTIONAMENTO: (de 1º-1-2020 até 26-10-2020)

1) Indicador Taxa de Congestionamento no Conhecimento (I09): representa o volume de trabalho atualmente represado, em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de conhecimento.

Pendentes de baixa na Fase de Conhecimento	Saldo de processos dos itens 377 e 90377 no final do período de referência	301
Baixados na Fase de Conhecimento	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	423

2) Indicador Taxa de Congestionamento na Execução (I10): representa o volume de trabalho atualmente represado em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de execução.

Pendentes de baixa na Fase de Execução	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do período de referência	449
Baixados na Fase de Execução	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	232

MESOINDICADOR FORÇA DE TRABALHO: (de 1º-1-2020 até 2-10-2020)

1) Indicador Produtividade por Servidor (I11): representa o total de processos baixados nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade.

Baixados na fase de conhecimento	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	423
Baixados na fase de execução	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	232
Servidores em atividade	Contagem dos servidores dos itens 2035, 2045, 2053, 2061 e 2412	10

2) Indicador Pendentes por Servidor (I12): representa total de pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade.

Pendentes na fase de conhecimento	Saldo de processos dos itens 337 e 90337 no final do período de referência	301
Pendentes de baixa na fase de execução	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do	449



	período de referência	
Servidores em atividade	Contagem dos servidores nos itens 2035 (servidores do quadro permanente da área judiciária), 2045 (servidores requisitados do Poder Judiciário da União, lotados na área judiciária 1º grau), 2053 (servidores requisitados de outros órgãos lotados na área judiciária do 1º grau), 2061 (servidores ocupantes exclusivamente de cargos em comissão lotados na área judiciária de 1º grau) e 2412 (servidores removidos de outros órgãos da Justiça do Trabalho lotados na área judiciária de 1º grau)	10

Perfil da Vara do Trabalho		Formiga - 61ª Vara		
Indicadores / Período de referência		Ano 2019 01/01/2019 a 31/12/2019	1º trim 2020 01/04/2019 a 31/03/2020	2º trim 2020 01/07/2019 a 30/06/2020
Indicadores	I01 - Idade Média do pendente de julgamento (em anos)	0,05	0,37	0,24
	I02 - Pendentes	817	774	771
	I03 - Taxa de conclusos com o prazo vencido (%)	0,00	0,00	0,00
	I04 - Prazo médio no conhecimento (em dias)	65,11	66,66	68,49
	I05 - Prazo médio na liquidação (em dias)	150,36	155,40	125,91
	I06 - Prazo médio na execução (em dias)	1.439,99	1.584,42	1.685,92
	I07 - Taxa de conciliação (%)	47,70	46,81	46,44
	I08 - Taxa de solução (%)	98,72	100,71	92,86
	I13 - Taxa de execução (%)	201,28	232,32	254,55
		21		



	I09 - Taxa de congestionamento no conhecimento (%)	23,16	22,60	25,98
	I10 - Taxa de congestionamento na execução (%)	70,45	63,04	65,47
	I11 - Produtividade por servidor	99,70	108,00	93,20
	I12 - Pendentes por servidor	76,70	71,40	71,50
Meso	Acervo	0,11	0,14	0,13
	Celeridade	0,23	0,25	0,25
	Produtividade	0,54	0,54	0,54
	Congestionamento processual	0,61	0,51	0,51
	Força de trabalho	0,55	0,52	0,55
Macro	IGEST	0,4069	0,3904	0,3951
	Posição IGEST	66	49	53
	Movimentação processual	1001 a 1500	1001 a 1500	0751 a 1000

FONTE: Sistema e-Gestão (dados extraídos em 05/08/2020)

6. ARRECADAÇÃO –

Contribuição Previdenciária	Imposto de Renda
R\$1.261.343,09	R\$188.622,82

7. PORTARIAS – De acordo com o Secretário da Vara do Trabalho, encontram-se em vigor as Portarias nº 1/2002, que trata da prestação de informações por telefone; as nºs 1/2008, 1/2010, 1/2013, 1/2014 e 2/2014, que regulamentam a prática de atos ordinatórios; a nº 4/2008, sobre a liberação de alvarás e consulta de autos de processos; a nº 1/2009 que dispõe sobre a publicação de intimações no DEJT; as nºs 1/2011 e 2/2011, que fixam o cadastro BNDT; a nº 3/2011, que fixa o plantão de conciliação e as nºs 1/2015 e 2/2015 que tratam da greve dos servidores ano 2015.

8. SISBAJUD, INFOJUD, RENAJUD e SIMBA – Durante a correição, constatou-se que a Unidade emprega as ferramentas eletrônicas de pesquisa patrimonial.

9. DA SECRETARIA – Concluída a correição, de acordo com os critérios acima especificados, a Excelentíssima Desembargadora Corregedora examinou 80 autos de processos, sendo que não foi encontrado excesso de prazo.

Registra-se que durante os trabalhos de correição, foi observada a Resolução Conjunta GP/CR N. 58/2016 e suas posteriores alterações, bem como foram observadas as suspensões de prazo em decorrências das chuvas em 2020, da Portaria GP N. 109/2020 e das Portarias Conjuntas GP/CR/VCR N. 112/2020 e N. 114/2020. Também foram observadas as determinações referentes ao COVID-19.

10. Gestão Estratégica

As metas nacionais e os indicadores do Plano Plurianual 2015-2020 do TRT-MG devem ser monitorados para que se possa acompanhar e analisar os resultados institucionais, e a atividade correicional apoia esta iniciativa:

Meta 1 CNJ/Meta 6 CSJT: Índice de Processos Julgados (IPJ) - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.

Em 2019, quando a Meta era “julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 96,50% de cumprimento da Meta, não tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional no 1º grau foi de 107,48% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, coincidente com o valor divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ).

No ano 2020, até o dia 30-9-2020, o percentual alcançado foi de 73,30%, sendo a média deste Regional para o mesmo período de 86,82%.

Meta 2 CNJ/Meta 7 CSJT: Índice de Processos Antigos (IPA) - Identificar e julgar, até 31/12/2019, pelo menos 92% dos processos distribuídos até 31/12/2017, nos 1º e 2º graus.

Em 2019, quando a Meta era “identificar e julgar, até 31/12/2019, pelo menos 92% dos processos distribuídos até 31/12/2017, no 1º grau”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 108,70%, do valor da meta estipulado para o ano de 2019, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional no 1º grau foi de 100,28% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, coincidente com o valor divulgado pelo CNJ).

Os valores de 2020 aguardam publicação pelos órgãos superiores.

Meta 3 CNJ/Meta 9 CSJT: Índice de Conciliação – Fase de Conhecimento (ICONc) - Manter o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2016/2017.

Em 2019, quando a Meta era “manter o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2016/2017”, esta unidade organizacional atingiu o percentual



de 118,29% de cumprimento da Meta, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 92,50% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, divergente do valor divulgado pelo CNJ igual a 102%. Os métodos de cálculo que os dois Conselhos utilizam são distintos).

No ano 2020, até o dia 30-9-2020, o percentual alcançado foi de 57,35% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 49,98%.

Meta 5 CNJ/Meta 11 CSJT: Índice de Execução (IE) - Baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente.

Em 2019, quando a Meta era “baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 83,08%, do valor da meta estipulado para o ano de 2019, não tendo cumprido a Meta. O resultado deste Regional foi de 123,07% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, praticamente igual ao valor divulgado pelo CNJ de 123,06%).

No ano 2020, até o dia 30-9-2020, o percentual alcançado foi de 96,28% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 100,59%.

Meta 6 CNJ/Meta 8 CSJT: Índice de Ações Coletivas Julgadas (IACJ) - Identificar e julgar, até 31/12/2019, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016 no 1º grau.

Em 2019, quando a Meta era “identificar e julgar, até 31/12/2019, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016 no 1º grau”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 102,04% do valor da meta estipulado para o ano de 2019, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 98,06% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, coincidente com o valor divulgado pelo CNJ).

Os valores de 2020 aguardam publicação pelos órgãos superiores.

Meta 5 CSJT: Tempo médio de duração do processo - Fase de Conhecimento (TMDP1c): Reduzir o prazo médio, em relação ao ano base 2017.

Em 2019, quando a Meta era “reduzir o prazo médio em relação ao ano base 2017 (de 170 dias), em 2% até 2019 e em 5% até 2020”, o tempo médio de duração do processo desta unidade organizacional foi de 65 dias, sendo que o resultado deste Regional foi de 224 dias (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT). Observa-se que a meta em 2019 era de 166 dias.

O percentual de cumprimento desta unidade foi de 39,23%, tendo cumprido a Meta, enquanto que para o TRT-MG este percentual foi de 64,92%, sendo que, neste item, diferentemente dos demais, o percentual abaixo de 100% é a referência para o atingimento da referida Meta.



No ano 2020, até o dia 30-9-2020, o tempo médio alcançado foi de 78 dias, sendo o resultado deste Regional para o mesmo período de 169 dias.

11. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL – Enfatiza a Corregedoria Regional a importância da observância da Política Nacional de Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho constante do Ato Conjunto CSJT.TST.GP nº 24/14 e as orientações da Seção de Gestão Socioambiental deste Regional.

12. DAS ATIVIDADES E CONDIÇÕES DE SEGURANÇA – Conforme o artigo 12, parágrafo 3º, da Resolução Conjunta nº 4, de 28-2-2014, do Conselho Nacional de Justiça e Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 9º da Resolução nº 176, de 10-6-2013, do Conselho Nacional de Justiça, bem como nas normas que dispõem sobre segurança oriundas do Tribunal Regional, a Corregedoria Regional determina que sejam cumpridas as determinações do Ato Regulamentar Conjunto nº 1, de 15-9-2008 (ARGCJ 1/2008) e da Resolução GP nº 7, de 3-10-2013.

12.1 MEDIDAS TOMADAS PELA VARA DO TRABALHO NO TOCANTE À CONTINGÊNCIA DO COVID-19:

A unidade organizacional observou as medidas publicadas referentes ao COVID-19, especialmente, a Portaria GP N. 117/2020 deste Regional.

13. RECOMENDAÇÕES:

13.1. RECOMENDAÇÕES GERAIS:

Recomenda-se que, quando da publicação da Portaria, referente ao formulário eletrônico para a autoinspeção, seja cumprido o Provimento Conjunto GCR/GVCR N. 1, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020, publicado DEJT de 1º-10-2020, que dispõe sobre a autoinspeção ordinária das unidades judiciárias de 1º grau, realizadas pelos respectivos magistrados, no âmbito da jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.

Recomenda-se, ainda, ao Secretário e aos Servidores da Vara que observem as recomendações para registrar movimentos no PJe de acordo com o e-Gestão.

13.2: RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS:

A Corregedoria Regional recomenda que seja (m):

1) intensificada a realização semanal de audiências de conciliação em processos na fase de execução, independentemente de requerimento das partes, selecionando-se aqueles com maior possibilidade de êxito na composição, nos termos do inciso II do artigo 76 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho. Ademais, deve ser seguido o que preceitua o *caput* do artigo 764 da CLT, no sentido de que “os dissídios individuais ou coletivos submetidos à apreciação da Justiça do Trabalho serão sempre



sujeitos à conciliação”, frisando-se que “para os efeitos deste artigo, os juízes e Tribunais do Trabalho empregarão sempre os seus bons ofícios e persuasão no sentido de uma solução conciliatória dos conflitos”, nos moldes do § 1º do referido artigo;

2) majorado o número de audiências telepresenciais e semipresenciais, tendo em vista o que foi apurado no item 4 desta Ata e por força do Ofício Circular SECG/CGJT Nº 064 de 2020 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho;

3) examinados e saneados os processos mais antigos que estão na fase de conhecimento, conforme o discriminado no item 1.9 desta Ata;

4) examinados e saneados os processos mais antigos que estão na fase de execução, conforme o discriminado no item 1.10 desta Ata;

5) saneados os processos incidentais à fase de execução, conforme apurado no item 1.11 desta Ata;

6) cumprida a Resolução Conjunta GP/CR/VCR N. 138, de 13 de março de 2020, publicada no DJE de 16-3-2020, alterada pela Resolução Conjunta TRT/GP/GCR/GVCR 142/2020, dispondo sobre a conversão de autos físicos em processos eletrônicos, módulo Cadastramento da Liquidação, Execução e Conhecimento (CLEC), nas Varas do Trabalho da 3ª Região, observado o Procedimento de Controle Administrativo CNJ 0008654-73.2018.2.00.000, que defere a liminar para suspender as regras estabelecidas no art. 2º da Resolução conjunta em epígrafe e do art. 52 da Resolução CSJT n. 185, de 24 de março de 2017, facultando ao Tribunal a digitalização das peças dos autos, que por ora, não deverá ser feita pelas partes, observando, ainda, o Ofício Circular N. CR/64/2019;

7) envidados esforços para o cumprimento da Meta 1 CNJ/Meta 6 CSJT: Índice de Processos Julgados (IPJ) - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente e da Meta 5 CNJ/Meta 11 CSJT: Índice de Execução (IE) - Baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente, tendo em vista que estas não foram atingidas no ano 2019;

8) observada a Portaria Conjunta GP/GCR/GVCR N. 223, de 3 de setembro de 2020 que estabelece no âmbito da Justiça do Trabalho de Minas Gerais medidas para a retomada gradual dos serviços presenciais, observadas as ações necessárias para a prevenção de contágio pelo novo coronavírus, causador da COVID-19;

9) cumprida a Recomendação Conjunta GCR/GVCR N. 2, de 18 de agosto de 2020 e artigo 5º da Portaria Conjunta CR/VCR N. 2, de 20 de março de 2020, dispondo que o contato de urgência das partes e advogados deve ser realizado por e-mail institucional e que o atendimento também seja por meio de videoconferência a advogados, procuradores, membros do Ministério Público do Trabalho e partes que atuam no exercício do jus postulandi, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, durante a pandemia da Covid-19 e a habilitação das funcionalidades siga-me ou WhatsApp Business;



10) observada a Resolução Conjunta GP/GCR N. 136, de 27 de janeiro de 2020, devendo a Vara do Trabalho adotar medidas para cumprimento dos procedimentos previstos no capítulo II, artigos 5º ao 7º da referida Resolução, e certificar a inexistência de depósitos judiciais e recursais vinculados ao processo a ser arquivado. Para isso, até a efetiva liberação do sítio eletrônico Garimpo, as varas do trabalho deverão consultar a existência de saldo nos sítios eletrônicos dos bancos já disponíveis. https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/aceso-restrito/ (extratos da caixa econômica federal) e [https://www63.bb.com.br/portalbb/djo/rdo/magistrado/RD04,802,4647,4653,0,1,1.bbx?](https://www63.bb.com.br/portalbb/djo/rdo/magistrado/RD04,802,4647,4653,0,1,1.bbx?cid=1335) (extratos do Banco do Brasil) e <https://conectividade.caixa.gov.br> (depósitos recursais antes da reforma trabalhista);

11) verificados os andamentos dos processos com audiências não designadas, conforme item 1.9 da ata e incluídos em pauta de audiência;

12) cumprida a recomendação Nº 10/GCGJT, DE 17 DE SETEMBRO DE 2020, que, em caráter excepcional, durante a duração da pandemia, sejam priorizados os atos atinentes à tramitação das ações trabalhistas e recursos de interesse dos profissionais da saúde que se encontram na função de atuação ao combate ao COVID-19;

13) realizado, pela magistrada e pelos servidores, o Exame Periódico de Saúde na data apazada pela Secretaria de Saúde deste Regional, em conformidade com artigo 13 da Instrução Normativa GP nº 21, de 21 de julho de 2016, que dispõe sobre avaliação médica de magistrados e servidores em atividade, em função de riscos no ambiente de trabalho e de doenças ocupacionais.

A Corregedoria Regional reitera a necessidade de que sejam observadas as recomendações acima, o que será aferido na próxima correição ou extraordinariamente.

13.3. RECOMENDAÇÕES CONSTANTES NA ATA DE CORREIÇÃO DO ANO 2019:

A Corregedoria Regional verificou que as recomendações, então formuladas, foram observadas.

14. OBSERVAÇÕES FINAIS – A Corregedoria Regional recomenda que a Secretaria da Vara mantenha a qualidade dos seus serviços, visando ao elevado cumprimento da sua missão institucional que, conforme o Plano Estratégico do TRT da 3ª Região é “Solucionar conflitos decorrentes das relações de trabalho de forma efetiva e célere, contribuindo para a harmonia social”.

Participe dos objetivos da Agenda 2030 (ONU), que firmou 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para transformar nosso mundo, a Corregedoria Regional incentiva o conhecimento de suas diretrizes, especialmente as inclusas no objetivo 16, disponíveis no link <http://www.agenda2030.org.br/ods/16/>, que trata da Paz, Justiça e Instituições Eficazes.



Enfatiza que a qualidade da prestação jurisdicional possibilita o alcance da visão de futuro do TRT da 3ª Região em “ser reconhecido na sociedade pela prestação da tutela jurisdicional dos direitos sociais de qualidade, célere e efetiva e pela excelência dos processos de gestão”, segundo consta no Planejamento Estratégico do TRT da 3ª Região.

Ressalta, ainda, a Corregedoria Regional o caráter pedagógico da correição, assim como a importância da transparência dos dados estatísticos da Secretaria da Vara, proporcionadores do autoconhecimento e de um seguro diagnóstico da Instituição, cujo interior precisa ser exposto para si própria, bem como para a sociedade, destinatária última dos serviços judiciais prestados, tudo conforme foi solene e enfaticamente propugnado pelo CNJ.

Registra-se que a Excelentíssima Desembargadora Corregedora não recebeu reclamação de advogados ou partes quanto aos serviços prestados pelo juízo da Vara do Trabalho.

A Correição Ordinária é encerrada às 10h50min do dia seis de novembro de 2020, em sessão pública telepresencial, nos termos do Edital n. 160, publicado no DJe 29-10-20, do que, para constar, eu, Mozart Secundino de Oliveira Júnior, Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria, lavrei e assinei a presente ata, impressa em frente e verso, a qual, depois de lida e achada conforme, vai assinada, também, pela Excelentíssima Desembargadora Corregedora. A equipe da Corregedoria Regional, que auxiliou a Excelentíssima Desembargadora Corregedora, além do Sr. Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria acima nominado, foi composta pelos servidores Flávio Mário Fonseca, Jânio Júlio Fernandes e José Múcio Antônio Lambertucci.


Ana Maria Amorim Rebouças
Desembargadora Corregedora do TRT/3ª Região

MOZART SECUNDINO DE OLIVEIRA
JUNIOR:30831138
Mozart Secundino de Oliveira Júnior
Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria

Assinado de forma digital por
MOZART SECUNDINO DE
OLIVEIRA JUNIOR:30831138
Dados: 2020.11.09 10:33:26
+03'00